

CAMPUS

EMÍLIA FELIX



POR QUE ELAS?

Levantamento do Campus revela que mulheres recebem o dobro de diagnósticos de transtornos afetivos. Especialistas divergem sobre causas

UNIVERSIDADE

CENTRO OLÍMPICO
Nova interdição do parque aquático prejudica mais de 300 pessoas

SAÚDE

CÂNCER DE FÍGADO
Pesquisadores de Biomedicina da UnB desenvolvem protótipo para tratar a doença

CIDADANIA

RÚGBI PARA CRIANÇAS
Projeto social de Samambaia usa o esporte para melhorar educação pública

CARTA DA EDITORA

Marina Torres
Editora-chefe

A cada início de semestre, o **Campus** se renova – ganha um novo projeto editorial e uma equipe de jornalistas para tocar o jornal-laboratório. Ganhamos a oportunidade de trabalhar em um veículo com mais de 45 anos de história. É o momento de adquirir vivência no fazer jornalístico – experimentar, solucionar problemas, errar e aprender.

A construção da primeira edição é sempre um desafio, já que temos de desenvolver a identidade e os valores da publicação. Que matérias queremos produzir? A que temas vamos dar visibilidade? A equipe decidiu priorizar conteúdo que proporcione aprendizado e seja relevante para o leitor, sempre com enfoque nas pessoas e na sociedade.

Na matéria de capa, contamos as histórias de perso-

nagens que foram diagnosticadas com transtornos afetivos. Questionamos por que mais de 2/3 das pessoas que recebem esse diagnóstico no Brasil são mulheres, e como muitas ainda têm os problemas cotidianos e a vivência feminina ignorados pela comunidade médica.

A discussão de gênero também norteia a matéria sobre a mobilização dos estudantes e servidores para solucionar problemas de segurança na UnB. Em uma memória especial, percebemos que noticiar casos de violência contra a mulher não é novidade para o nosso jornal. A edição 430 ainda destaca a negligência com o Centro Olímpico da Universidade e projetos de ressocialização de detentos. Esperamos que você goste!

**Feminino de ombudman, termo que significa "provedor de justiça", a ombudskvinna discute a produção dos jornalistas a partir da perspectiva do leitor.*

OMBUDSKVINNA*

Amanda Venício

No início do semestre passado, o **Campus** trouxe matérias engajadas com questões sociais, mas com o passar das edições foi perdendo o fôlego e tropeçou em pautas mambembes e erros gráficos e linguísticos. A edição final, porém, retomou o ritmo inicial. A começar pela matéria de capa, *A casa da discórdia*, de Thaísa Oliveira: apuração excelente, uma narrativa que prende e um fecho de dar inveja. Elogios também para *Plano B*, de Ana Carolina Fonseca, uma matéria bastante competente sobre os problemas enfrentados pelos clientes de planos de saúde do Distrito Federal.

O preconceito foi o tema da vez. Seja aquele sofrido pelos gogos, como em *Em busca de voz*, de Maria Letícia Melo, ou pelos homens que preferem sapatilhas às chuteiras, em *Um passé no preconceito*, de Tatiana Vaz. Na primeira reportagem, um box explicando o que é gagueira teria sido bastante instrutivo.

A segunda matéria teria se beneficiado da opinião de um especialista. Faltou esmero na revisão: a expressão “não foi diferente” aparece duas vezes, o sobrenome de um dos personagens, Carlos Andrade, foi grafado em caixa baixa e a palavra “majoritariamente” ganhou um acento agudo desnecessário.

Sem apoio escolar, de Carina Ávila, tratou da falta de acompanhamento pedagógico a crianças e adolescentes internados no Hospital Universitário de Brasília. O pecado foi a repórter não ter ouvido as pessoas mais afetadas pela situação, ou seja, os pacientes e suas famílias. O único personagem entrevistado tinha sido internado em um hospital em São Paulo.

Atenção às viúvas, como chamamos quando uma linha é preenchida por uma única palavrinha resistente. Outro erro recorrente é usar “através” como se fosse “por meio de”. Olho vivo, **Campus**.

EXPEDIENTE

Editora-chefe: Marina Torres

Editores: João Galvão, Laio Seixas, Maria Luiza Diniz, Naiara Marques

Editor de Arte: Lucas Santos

Secretária: Giovanna Maria

Repórteres: Gabrielle Freire, Hugo Evaristo, Isis Aisha, Joana de Albuquerque, José Eduardo Cruz, Judith Aragão, Luísa Lopes, Natália Ribeiro, Paula Evelyn, Terra Thais, Thayssa Souza e Valquíria Homero.

Fotógrafos: Ana Rita Barbosa, Emília Felix, Luísa Bretas e Thais Ellen

Ilustrador convidado: Gabriel Dutra

Projeto Gráfico: Amanda Venício, Anna Luísa Felix, Bárbara Cruz, Bianca Marinho, Luíza Antonelli, Maria Paula Abreu, Matheus Bastos, Wenderson Oliveira

Professores: Sérgio de Sá e Solano Nascimento

Monitora: Ana Carolina Fonseca

Gráfica: Coronário

Tiragem: 3 mil exemplares

Endereço: Universidade de Brasília, Campus Universitário Darcy Ribeiro, s/n, Asa Norte, Brasília/DF. Faculdade de Comunicação, Instituto Central de Ciências - Ala Norte. CEP: 70.910-900

Jornal-laboratório da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília
 jornalcampusunb1@gmail.com

NA FILA

Os problemas de segurança na UnB são uma reclamação recorrente na comunidade acadêmica. Como alunas da Universidade, as principais afetadas, avaliam a segurança nos campi? Fomos a filas da Universidade para saber.

Maria Silveira

Biologia



“Nós sofremos o risco de assalto, mas o pior para a mulher é pensar que podemos ser abusadas. Hoje é só um assombio, mas amanhã pode ser algo pior.”



Gabriella Lopes
 Biotecnologia

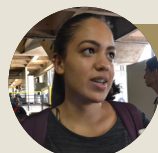
“Não é porque a Universidade é pública que precisa ser largada. Tínhamos que ter uma segurança maior e policiais militares nos estacionamentos.”

Marta Vinagre

Engenharia da Computação



“Eu uso short, mas fico insegura de andar por aí à noite. Não temos que ensinar mulheres a não usar shortinho, mas os homens a não estuprar.”



Ayla Fernanda
 Veterinária

“A gente se sente muito insegura em andar sozinha e à noite. Os lugares mais perigosos são os estacionamentos e os caminhos até as paradas.”

Aicha Sylla

Geologia



“Eu me sinto segura, mas é importante não ficar sozinha. Eu estou sempre acompanhada por um colega.”

Bianka Ferreira

Ciências Sociais



“A gente sofre pela criminalidade, mas também pelo fato de ser mulher, porque tem homem que vê a mulher como propriedade dele.”



Juliana Oliveira

Letras /Português

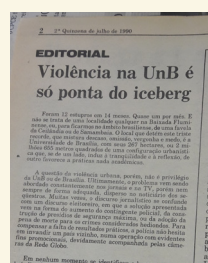
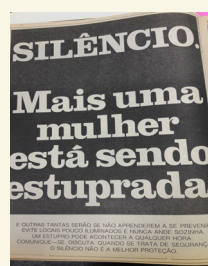
“É uma universidade pública e eu concordo que tem que ter polícia dentro do campus. Os crimes que acontecem aqui dentro têm que ser punidos.”

SEGURANÇA

DEPOIS DO LUTO

Após assassinato no campus, Universidade se mobiliza para melhorar infraestrutura e conscientização. Instituto de Biologia reforça supervisão nos laboratórios

DA REDAÇÃO



Pouco mais de um mês após a morte da estudante de biologia Louise Ribeiro, assassinada pelo colega de curso Vinícius Neres em um laboratório da Universidade, a UnB intensifica o debate sobre feminicídio e discute medidas para melhorar a segurança nos campi.

A comunidade acadêmica questiona, principalmente, a segurança dentro dos laboratórios, de onde foi furto de clorofórmio, substância química que matou Louise. Segundo Daniel Muniz, presidente do Centro Acadêmico de Química e representante dos discentes no conselho do Instituto de Química, a discussão sobre segurança aumentou. Orientadores de pesquisa foram instruídos a manter um controle mais rígido de quem tem acesso aos laboratórios.

A diretora do Instituto de Biologia, Andreia Maranhão, afirma que o projeto de transformar



THAÍS ELLEN

Em homenagem a Louise Ribeiro, estudantes e servidores da Universidade de Brasília plantaram um ipê rosa no jardim central do Instituto de Biologia

uma cartilha sobre procedimentos de segurança dentro dos laboratórios em um curso online para alunos e técnicos se intensificou depois do ocorrido.

Um aluno que estagia no Instituto de Biologia e prefere não ser identificado conta que os alunos estão estritamente proibidos de permanecer em laboratório sem orientação de algum professor. Segundo Andreia, essa regra sempre existiu, mas, ocasionalmente, à noite, a supervisão pode ser transferida a aluno de pós-graduação, por exemplo.

Entre outras medidas, a UnB reativou o Conselho Comunitário de Segurança. O objetivo é analisar as sugestões e demandas sobre violência nos campi levadas pela comunidade acadêmica aos conselhos deliberativos da Universidade. O Conselho será composto por representantes da reitoria, responsáveis pela área de segurança da UnB, da Secretaria da Segurança Pública e da Paz Social (SSP-DF) e dos alunos. O Diretório Central dos Estudantes (DCE) informou que terá seis cadeiras no Conselho para representar os alunos, mas não explicou como será a seleção destes estudantes.

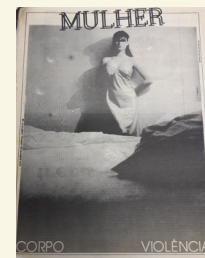
Em parceria com o DCE, um ex-aluno da UnB desenvolveu o univer-

sidade.me, sistema que permite aos usuários denunciarem ocorrências de violência no Campus Darcy Ribeiro. Para o DCE, além do alerta, o mapeamento é uma forma de pressionar a Prefeitura para acelerar o projeto de iluminação dos pontos mais críticos. Até o momento, com os contratos de prestação de serviço já assinados, os postes do Instituto Central de Ciências e do Teatro de Arena foram restaurados em 90%.

A decana de Assuntos Comunitários, Thérèse Hofmann, explica que, após o ocorrido, a UnB também investiu no corte do mato, redistribuição das rondas da empresa terceirizada e dos vigilantes do campus. Foi criada uma rede de acolhimento entre o Decanato de Assuntos Comunitários, Ouvidoria, Centro de Atendimento e Estudos Psicológicos, Segurança do Campus e Prefeitura, um número para repasse rápido de informações (92635760) e um email para recebimento de sugestões e denúncias (unbpaz@unb.br). Segundo a decana, a Universidade pretende solicitar ao GDF novas rotas de ônibus, fazer eventos e campanhas em parceria com a ONU Mulheres e promover cursos de defesa pessoal e conscientização de gênero.

MEMÓRIA

A violência contra a mulher na UnB é assunto recorrente na história do **Campus**. Em novembro de 1985, o jornal afirmava que a violência na Universidade tinha as alunas como maiores vítimas. Em 1990, ano em que dez mulheres foram estupradas no campus em um período de seis meses, o jornal noticiou ao longo de várias edições a repercussão dos casos e histórias das vítimas. Em janeiro de 2003, apontou que a prevenção continuava sendo a melhor arma na luta contra a violência, mas, em julho, deu dicas para as mulheres circularem com mais segurança, ao passo que a Universidade não tomava medidas eficazes. Em dezembro de 2006, o machismo velado, em forma de cantada e assédio em sala de aula, foi tema de um especial. Fica a pergunta: até quando precisaremos noticiar casos como o de Louise? ♦



EDUCAÇÃO

DAS GRADES À ESCOLA

Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP) concede bolsas de estudos para egressos do sistema penitenciário

LUÍSA LOPES E THAYSSA SOUZA

Um homem de 43 anos, de cabelos lisos e escuros, pele morena, aparentemente tímido, olhar calmo, casado, pai de dois filhos. Quem o vê não imagina que Raimundo Gomes passou 19 anos e quatro meses isolado e que hoje é o primeiro detento em regime domiciliar a ser contemplado pela bolsa de estudos do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP).

Deixou a escola ainda criança, no quinto ano do Ensino Fundamental. Começou a se envolver com o crime e logo depois, aos 12 anos, as drogas também passaram a fazer parte do seu dia a dia. “Comecei na maconha, avancei para a cocaína, o crack e outras que vocês nem devem conhecer”, lembra.

Sua primeira detenção foi na infância. Ao completar 18 anos, Raimundo foi preso novamente. Fugiu e começou a viajar pelo Brasil. Usou nome falso, foi detido em vários locais, até que chegou a Brasília. Obteve como pena final 44 anos, por delitos que incluíam roubo, estelionato e tráfico, e seus dias passaram a nascer dentro das celas do Complexo Penitenciário da Papuda. “Como todo mundo sabe, o sistema não recupera ninguém: o sistema é a escola do crime. Lá eu aprendi o que era o crime e minha mente, rebelde e revoltada com tudo, completou o ciclo”, conta Raimundo.

No presídio, concluiu os estudos, fez duas vezes o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e teve contato com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso (Funap/DF). “Na penitenciária, a Funap tem várias oficinas, como a de confecção de bolas. Foi aí que comecei a aprender uma profissão. Além das oficinas, tem uma parte da fundação que é educacional, que foi o primeiro passo, e a partir daí voltei a estudar”, relata.

Quando soube da parceria entre Funap e IDP, fez a prova e conquistou uma das vagas. Agora, em seu primeiro semestre de Direito, busca crescer como pessoa e profissionalmente e ser exemplo para outros presos.



Nas salas de aula do IDP, não há distinção entre os alunos. Detentos têm aula com todos os outros, para que a ressocialização seja completa

Em dois anos, a parceria destinou dez bolsas de estudos a presos da Papuda. Gomes é o único beneficiado em regime domiciliar porque os demais são de regime semi-aberto, que ainda passam a noite na prisão. A parceria segue a linha do programa Começar de Novo, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A coordenadora adjunta da graduação do IDP, Dulce Furquim, avalia que os resultados são muito positivos, pois facilitam a retomada da dignidade e da ressocialização. “Alguns dos alunos chegam a surpreender com o comprometimento e rendimento acima da média”, afirma.

O IDP foi criado em 1998 com cursos de extensão e especialização, depois passou a ter mestrado acadêmico. Em 2010, abriu a graduação em Direito com a constituição da Escola de Direito de Brasília (EDB). O corpo docente inclui juízes, ministros, desembargadores, advogados e procuradores. As mensalidades variam entre R\$ 1.050, para Administração Pública, e R\$ 1.615, para Direito.

A iniciativa, além de oferecer um curso de Direito gratuito, ajuda na reinserção de detentos ao meio social.

O **Campus** apurou que das 19 faculdades privadas do DF credenciadas no Ministério da Educação (MEC), apenas o IDP oferece bolsas específicas para presos. Nas demais, detentos podem obter vagas por meio do Proni.

O estudo, além de contribuir para a reintegração social e profissional, funciona como fator a ser considerado no cálculo de remição de pena, conforme prevê a legislação. Cada três dias trabalhados ou 12 horas de frequência escolar reduzem um dia pena.

COMEÇAR DE NOVO

O diretor adjunto da Funap/DF, Carlos Alberto de Oliveira Soares, ava-



Raimundo Gomes estuda Direito no IDP, enquanto cumpre regime domiciliar

lia que é necessário abrir espaço para os reeducandos. “Se nós não fizermos nada, eles continuarão delinquindo. Por isso há necessidade de estarem inseridos em uma atividade profissional, educacional.”

Além de fazerem cursos, os presos que estão em progressão de pena e desejam entrar no mercado de trabalho devem preencher uma ficha expondo suas qualificações e aguardar serem chamados. De acordo com Soares, 971 presos do Distrito Federal estão trabalhando e 826, na lista de espera. “A entidade possui 62 contratos com órgãos da União, tribunais e empresas privadas”, explica.

POPULAÇÃO CARCERÁRIA

Segundo os dados do Conselho Nacional de Justiça divulgados em 2015, a população carcerária brasileira ultrapassa a faixa dos 711 mil presos. Isso significa 0,35% do total de cerca de 200 milhões de brasileiros.

Conforme a Subsecretaria do Sistema Penitenciário (Sesipe), o DF possui cerca de 14,3 mil presos para um total de 7,4 mil vagas. Tendo em vista que a capital conta com 2,8 milhões de pessoas em seu território, 0,5% dos brasilienses estão encarcerados.

O último Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen) do Ministério da Justiça, referente ao ano de 2014, mostra que é baixo o grau de escolaridade da população prisional brasileira: cerca de 53% dos presos possuem ensino fundamental incompleto.

Do total de presos no Brasil, somente 38,9 mil realizam atividade educacional formal, e quase metade das unidades prisionais não possuem nem salas de aula. Somente 14% dos presos no DF estudam.

Estatísticas do Infopen revelam que 61% dos presos do país cursam o ensino fundamental, e 287 cursam o ensino superior. No DF, há 177 detentos em alfabetização, 817 no ensino fundamental e 365 no ensino médio. ♦

BEM-ESTAR

ARREPIOS VIRTUAIS

Saiba o que é o ASMR e como entrar neste mundo sensorial que ganha cada vez mais espaço na internet

NATÁLIA RIBEIRO

Sabe aquele arrepio gostoso quando alguém cochicha no seu ouvido ou quando massageiam seus pés? Essa sensação agora pode ser conseguida por meio de vídeos no YouTube. A prática tem nome: ASMR (Autonomous Sensory Meridian Response) ou Resposta Autônoma do Meridiano Sensorial. Milhares de internautas já se renderam aos vídeos para relaxar e dormir melhor. O estudante Alisson de Oliveira Santos, por exemplo, fica louco só de ouvir barulhos com a boca. “Sinto uma mistura de arrepios, sono e alegria”, ele relata.

A esteticista Monique Antoneto é uma das poucas brasileiras que faz vídeos de ASMR no YouTube. Ela conta que, desde pequena, sentia arrepios e vontade de dormir quando via a professora pintar uma tela, mas não sabia que esse relaxamento tinha nome. “Um dia, uma amiga minha descobriu os vídeos. Conforme fui me apaixonando pela técnica, resolvi tentar fazer os vídeos também”, conta a jovem de 25 anos. Ela diz que recebe mensagens de pessoas que largaram os remédios tarja preta para dormir. “Uma história de vida mais linda do que a outra! Pessoas que estão doentes e se sentem melhor com os vídeos, mães que colocam seus filhos pra dormir... Essa é a melhor recompensa”, diz.

As ações que desencadeiam o estado relaxado dos internautas têm um nome: *trigger* (gatilho, em tradução

do inglês). Quem visita os fóruns de discussão do ASMR consegue achar diferentes gatilhos. O estudante Herbert Olegário de Almeida adora ver pessoas fazendo movimentos sutis. “Eu assisto ao canal *SoftAnnaPL* quase todos os dias. Prefiro ouvir a assistir. Ela não mostra o rosto e sua voz é muito suave”, conta. Alguns amam assistir à execução de tarefas simples, como preencher um cheque ou um formulário, folhear um jornal calmamente ou passar as mãos em uma vasilha de metal. Já outros preferem escutar pessoas comuns contando sobre seu dia a dia em voz baixa.

Outra blogueira que faz sucesso com vídeos de ASMR no Brasil é Mariane Carolina Rossi, que possui um canal no YouTube chamado *sweetcarol11*. Graduada em Enfermagem, ela conta que já recebeu mensagens de pessoas que ficaram viciadas nos vídeos. “Conheci o ASMR por meio de um comentário no meu canal, no qual uma mulher disse que minha voz era ideal para fazer vídeos de ASMR. Comecei a fazê-los e o feedback foi incrível!”, realça Mariane.

A maioria dos gatilhos tende a unir os locais do cérebro que cuidam da interação com outras pessoas. Boa parte dos praticantes do ASMR relata as mesmas sensações: extremo relaxamento, pequenos arrepios e formigamentos na cabeça. A estudante de Jornalismo Gabriela Correia Singular

assiste aos vídeos com frequência para dormir melhor. “Na metade de 2015, eu engravidei. Procurava algo no YouTube que me relaxasse. Eu sempre assistia a vídeos de massagens e, sem querer, achei os vídeos de ASMR”, conta. Ela diz que

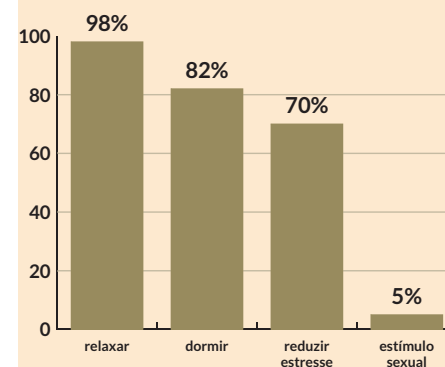
seus gatilhos preferidos são sussurros e vídeos de maquiagem.

De acordo com pesquisa feita no ano de 2015 no Departamento de Psicologia Ética da Swansea University, no Reino Unido, as sensações são verdadeiras e podem ajudar a resolver muitos problemas, como depressão, dores crônicas, ansiedade, estresse e insônia. O estudo teve 475 voluntários (245 homens, 222 mulheres e 8 pessoas que não especificaram o gênero) de idades entre 18 e 54 anos. A maioria era dos Estados Unidos e Europa. Eles tiveram de informar quais gatilhos os estimulavam: sons nítidos, sussurros, atenção pessoal, barulho de aspirador de pó, barulho de turbina de avião, risadas, sorrisos, assistir a tarefas repetitivas, movimentos lentos e cochichos de orelha a orelha.

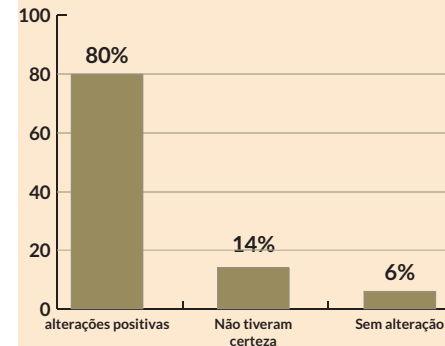
De todos os voluntários, 98% afirmaram assistir aos vídeos somente para relaxar, enquanto 82% disseram que também assistiam para dormir melhor. E mais: 70% disseram que assistiam aos vídeos de ASMR para melhorar o estresse. Apenas 5% dos participantes confessaram usar o ASMR como estímulo sexual. Além disso, 80% dos participantes relataram alterações positivas no humor durante e após os vídeos de ASMR, enquanto 14% não tiveram certeza, e 6% não sentiram nenhuma alteração.

O professor de psicologia da UnB Domingos Coelho explica que o fato de a técnica ainda não ser tão conhecida não quer dizer que a prática seja ineficaz. “Estamos formando alunos focados somente em métodos científicos. Em vez de trabalharmos com a pluralidade dos assuntos, formamos as pessoas para buscarem uma única solução”, desabafa. Ele ainda completa dizendo que cada pessoa responde diferentemente aos tratamentos disponíveis. “Pra que ficar preso a somente um método ou um procedimento? Eu sempre falo para os meus estudantes não ficarem restritos ao protocolo. O mundo tem tantas informações e isso

Usos do ASMR



Alterações no humor



Fonte: Departamento de Psicologia Ética da Swansea University

deveria impulsionar as pessoas para a diversidade”, indica.

Não há contraindicações em relação à quantidade de vídeos que podem ser assistidos. Coelho explica que o ASMR pode ser um tipo de condicionamento sensorial, no qual voz humana, música e sons diversos são pareados com imagens. “Qualquer que seja a hipótese explicativa, o importante é continuar produzindo tarefas e verificando a reação das pessoas”, explica. Ele é otimista com o caminho para novas buscas. “Com o advento da internet, o saber ficou ainda mais pulverizado. Assistiremos a um mundo novo, ainda mais arejado, onde ninguém terá a prerrogativa de controle sobre o conhecimento”, diz, esperançoso. ♦



SAÚDE

DIAGNÓSTICOS M

No Distrito Federal, de cada 10 pacientes tratados por tr
Especialistas se dividem sobre as razões

PAULA ÉVELYN

“**R**ecebi um diagnóstico errado de depressão e depois disso nunca mais fui a mesma”, diz uma estudante de Ciência Política, que preferiu não se identificar, ao lembrar dos prejuízos causados por conta do equívoco médico. Ela conta que durante uma consulta psiquiátrica, que durou poucos minutos, recebeu o diagnóstico de depressão, além de uma receita de dosagem máxima de dois remédios usados no tratamento da doença. “O médico não quis saber como eu me sentia, nem o que se passava comigo ou o que acontecia na minha casa”, lembra.

A estudante revela que o médico justificou o diagnóstico pelo fato de ela apresentar um quadro de ansiedade muito forte. “Eu acreditei nele. A gente não duvida de médico”, afirma. No entanto, após um ano de tratamento, a estudante começou a duvidar do laudo. Ela diz que os sintomas pioraram e que o quadro de síndrome do pânico, antes sob controle, foi agravado. “As crises de medo se tornaram muito mais frequentes”, revela. Além disso, a estudante lembra que engordou 10kg e perdeu muito cabelo.

A constatação de que o diagnóstico foi equivocado veio após o resultado de um exame de sangue, pedido

pela ginecologista da estudante. “O exame mostrou que, na verdade, eu tinha hipotireoidismo”, afirma a universitária. Essa é uma doença em que a glândula tireóide não produz de forma adequada os hormônios necessários para o funcionamento do organismo. As alterações causadas por essa doença podem afetar o humor do paciente, causando episódios depressivos, o que não deve ser diagnosticado como transtorno mental.

“A conduta do psiquiatra foi, claramente, um atropelamento de tudo o que eu vivia. Se eu encontrasse o médico de novo, diria a ele para tomar cuidado porque o trabalho dele impacta muito a vida das pessoas, principalmente nos casos de diagnósticos errados. E isso é uma coisa que não tem volta”, afirma a jovem.

Levantamento feito pelo **Campus**, por meio do sistema informatizado do Ministério da Saúde, revela que o número de mulheres internadas para tratar transtornos afetivos no Sistema Único de Saúde (SUS) representa mais que o dobro de homens na mesma situação. Em 2015, de cada 10 pessoas internadas para tratar transtornos afetivos no Distrito Federal, 6,9 eram mulheres. Essa diferença se repete no restante do país. No ano passado, de

cada 10 pessoas internadas para o tratamento de transtornos afetivos no Brasil, 6,7 eram mulheres.

Os transtornos afetivos são caracterizados por períodos de depressão ou de euforia. Esses sintomas podem aparecer individualmente ou alternados. Neste último caso, ocorre o transtorno bipolar. As causas para essa disparidade de diagnósticos entre homens e mulheres dividem especialistas. O **Campus** ouviu três pesquisadores que têm visões diferentes sobre o tema.

SUPERNOTIFICAÇÃO

Para a professora e pesquisadora da Universidade de Brasília (UnB) Valeska Zanello, trata-se do que ela chama de “psiquiatrização das vivências femininas”. Doutora em Psicologia, ela chegou a essa conclusão após encontrar dados alarmantes em estudo feito com pacientes em tratamento psicossocial de um centro especializado de Brasília. A pesquisa, publicada no ano passado, entrevistou 15 pacientes, sendo oito homens e sete mulheres.

Os dados mostram que todas as pacientes do sexo feminino apresentavam queixas relacionadas à maternidade e à opressão social. Do total de mulheres ouvidas na pesquisa, 85,7% tinham reclamações ligadas ao casamento e 71,4% apresentaram queixas relacionadas à violência sexual ou física. Os pacientes homens entrevistados nesse estudo não apresentaram nenhuma queixa similar à das mulheres.

Para Zanello, isso mostra como as condições femininas são, frequentemente, confundidas com transtornos mentais. “É preciso levar em conta que a formação do sintoma é diferente entre os sexos. Além disso, o nível de tolerância para chamar algo de sintoma é diferente para homens e mulheres e é mediado por um ideal de gênero”, explica.

A professora, que atua na área de psicopatologia há mais de dez anos, diz que os resultados obtidos no estudo de 2015 confirmam sua hipótese de que

há uma “psiquiatrização” das vivências femininas. Em 2012, por exemplo, em uma pesquisa publicada na revista *Bioética* do Conselho Federal de Medicina, a pesquisadora, em parceria com o antropólogo René Marc Costa e Silva, já verificava essa realidade.

O estudo avaliou 72 prontuários psiquiátricos masculinos e 165 femininos de dois grandes hospitais do Distrito Federal. A pesquisa verificou que, do total de diagnósticos femininos, 38,3% correspondiam a transtornos afetivos. Já no caso dos prontuários masculinos, apenas 19% receberam esse diagnóstico.

Silva e Zanello também verificaram nos prontuários femininos a ocorrência de “sintomas” como “sobrepeso”, “desapego dos afazeres do lar”, “mãe solteira”, entre outros. A estranheza que essas ocorrências provocam é resultado do que os pesquisadores classificaram como “medicalização das mazelas sociais”.

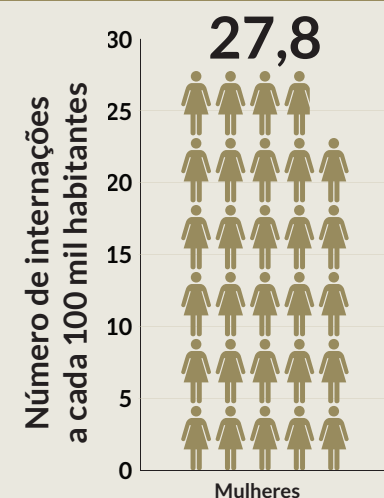
“Apesar de haver vários pacientes homens com sobrepeso, essa questão foi tratada como problema apenas para mulheres. Isso ocorre porque é sobre

EMÍLIA FELIX



Zanello acredita que a realidade dos pacientes deve ser levada em conta nos diagnósticos

DISPARIDADE



Em 2015 o número de internações de mulheres era 27,8 vezes maior que o número de homens no Brasil

ENTAIS EM XEQUE

Transtornos afetivos no ano passado, sete eram mulheres.
Desigualdade dessa disparidade entre os gêneros

a mulher que recai, de forma mais frequente, a carga de se adequar aos padrões estéticos”, constata a professora.

Por isso, defende Zanello, é importante levar em conta as condições sociais a que as mulheres são submetidas e não diagnosticá-las genericamente como portadoras de algum transtorno, como se a doença não tivesse relação com o contexto no qual as pacientes estão inseridas.

SUBNOTIFICAÇÃO

Em outra frente, a doutora em Psiquiatria Doris Moreno, que atua no Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo (USP), acredita que há questões sociais que levam as mulheres a se expressarem melhor do que os homens. Isso facilita o diagnóstico feminino. “Eles têm menos autocrítica do que as mulheres ao descrever os sintomas”, afirma.

Moreno diz, ainda, que a disparidade nas internações para tratamento de transtornos afetivos não é recente. Segundo ela, há mais de 20 anos suspeita-se de uma subnotificação dos casos de transtornos afetivos em ho-

mens, em decorrência de diagnósticos equivocados. “A hipótese é de que haja homens internados com diagnóstico de alcoolismo, esquizofrenia ou dependência de drogas quando, na verdade, eles são portadores de algum tipo de transtorno afetivo”, explica.

A médica também diz que a diferença entre os números de diagnósticos pode ser um reflexo da condição social feminina. “Sobretudo nos casos de internação por mania – episódios de euforia e inquietação – é mais fácil que a família encaminhe uma mulher para a internação e não um homem”, afirma. De acordo com ela, isso se deve a fatores relacionados à cultura humana.

HORMÔNIOS

O doutor em Ciências da Saúde e professor da UnB Raphael Boëchat não acredita que os equívocos nos diagnósticos sejam a explicação da disparidade entre o número de pacientes femininos e masculinos internados para o tratamento de transtornos afetivos. “O que a gente tem que ponderar é que as mulheres não necessariamente sejam mais atingidas, mas elas buscam mais atendimento psiquiátrico do que os homens”, diz.

Boëchat explica, ainda, que o transtorno bipolar atinge igualmente homens e mulheres, mas a depressão – outra categoria dos transtornos afetivos – atinge majoritariamente as mulheres e essa é uma realidade comprovada em diversos estudos científicos. Segundo o professor, isso ocorre não só pela condição social da mulher, mas também por fatores hormonais que podem interferir no humor feminino.

SAÚDE PÚBLICA

Apesar de os pesquisadores discordarem quanto às razões da disparidade de diagnósticos de transtornos afetivos entre homens e mulheres, os três defendem a necessidade de se levar em conta o contexto social em que vive o paciente ao se determinar o diagnóstico. Além disso, é consenso entre os es-

pecialistas entrevistados que todos os tipos de violência contra a mulher são causadores de doenças. Isso é, inclusive, o que diz a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas). Desde 1991, o órgão considera a violência contra a mulher como causa de adoecimento, além de uma questão de saúde pública.

Nesse sentido, o professor Raphael Boëchat conta que a análise da condição social do paciente é importante. “A violência contra a mulher pode causar transtornos. Prova disso é que uma mesma queixa pode estar relacionada a diferentes diagnósticos”, explica.

A médica Doris Moreno concorda. “Com certeza, um ambiente hostil pode interferir na capacidade do pa-

ciente de se cuidar, além de agravar o quadro clínico no caso de o transtorno já ter se manifestado. E é por isso que é fundamental relacionar o diagnóstico do paciente ao contexto social dele”, ressalta Moreno.

A pesquisadora da UnB Valeska Zanello diz que devido à interferência desses fatores sociais, sobretudo a violência de gênero, é importante debater gênero na educação e na universidade. “O Brasil é um país profundamente misógino, mas nós temos um potencial imenso. Se o país é muito misógino, ele também abriga muita gente que quer mudar isso. Gênero é uma relação de poder e os poderes sempre dão um jeito de se reorganizar”, defende. ♦

HOSTILIDADE NO TRATAMENTO

Além das queixas sobre equívoco nos diagnósticos, o **Campus** ouviu pacientes que revelam situações de desrespeito durante as internações psiquiátricas.

“Senti que ele queria dar um tempo de mim”, diz a estudante de Administração Raphaele Niles sobre o médico que a encaminhou para a primeira internação por transtorno bipolar. Ela teve nove internações nos últimos oito anos.

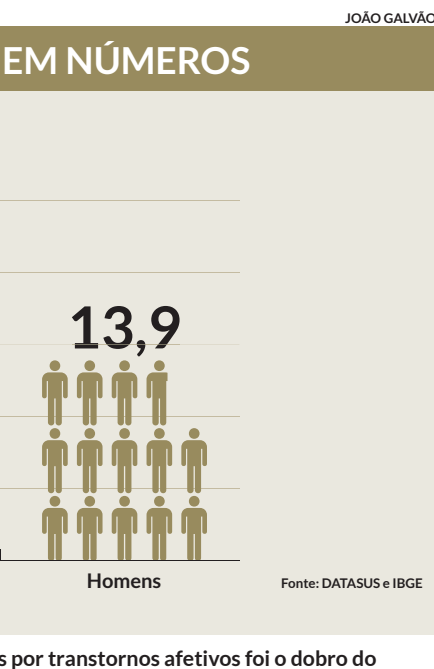
Niles conta que houve automutilação e uma tentativa de suicídio antes de ser hospitalizada pela primeira vez. Durante a consulta com o psiquiatra, ela pediu que o médico não fosse tão invasivo em seus questionamentos. “Ele me pressionava, me deixava desconfortável. Por mais desestruturada que eu estivesse, ele queria mexer mais nas minhas dores”, diz.

A dona de casa Karla Rosa, diagnosticada com o transtorno bipolar, conta que também se sentiu desrespeitada durante as internações psiquiátricas. Ela tentou suicídio combinando vários remédios e precisou ser desintoxicada durante

uma internação. “Eu fui hostilizada. O procedimento era doloroso e, quando eu dizia que estava com dor, me perguntavam: ‘Ué? Você não queria morrer?’”, conta.

Uma engenheira diagnosticada com transtorno bipolar, que pediu para não ser identificada, passou por sete internações e diz que nunca sentiu diferença entre homens e mulheres no tratamento psiquiátrico. Entretanto, destaca que sempre teve condições financeiras que lhe permitiram internações em clínicas renomadas. Ela está há nove anos sem crises.

“Os enfermeiros eram duros com todo mundo, mas a clínica era muito organizada”, diz. Mesmo sabendo que teve bom atendimento graças à sua condição socioeconômica e que no SUS as diferenças nos tratamentos de homens e mulheres podem ser mais acirradas, a engenheira defende as clínicas públicas de internação psiquiátrica. “É muito pior sem a clínica. O que a família vai fazer? Trancar o paciente em casa?”, questiona. Para ela, a solução seria melhorar o atendimento.



TECNOLOGIA

NO CAMINHO DA INOVAÇÃO

Com apoio do Ministério da Saúde, pesquisadores da UnB constroem novo equipamento para tratar o câncer de fígado

JUDITH ARAGÃO

Professores e alunos do Laboratório de Engenharia Biomédica da Universidade de Brasília (UnB) desenvolvem protótipo para tratamento alternativo do hepatocarcinoma, tipo mais frequente de câncer de fígado no mundo. O projeto Sofia, coordenado pela professora Suely Fleury, conta com auxílio de aproximadamente 30 pesquisadores bolsistas. A tecnologia desenvolvida é a técnica de ablação hepática, radiofrequência que destrói, pelo calor, células cancerígenas na região aplicada.

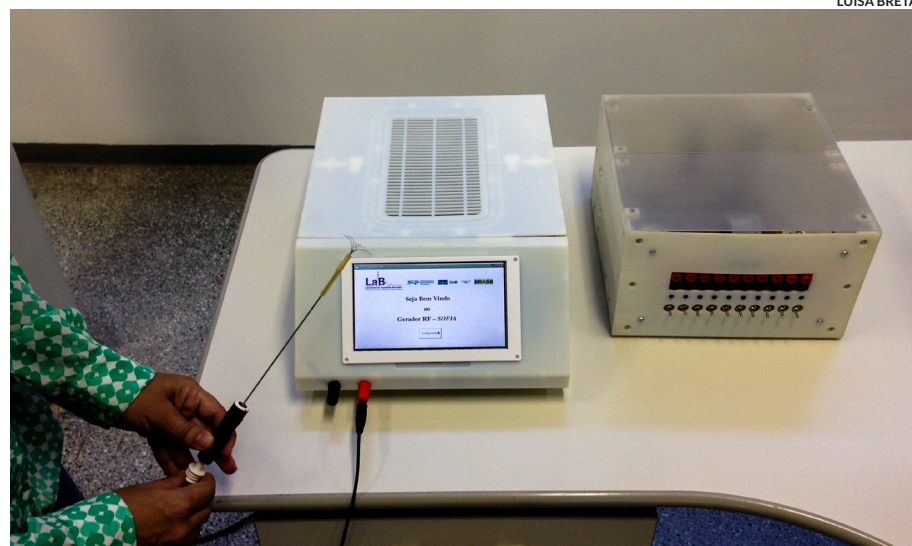
Esse tipo de sistema já existe, mas não é fabricado no Brasil. O Sistema Único de Saúde (SUS) compra aparelhos que podem custar até R\$ 100 mil em outros países. O protótipo Sofia custou cerca de R\$ 5 mil e foi feito com equipamentos genuinamente brasileiros. “Então, temos um contato mais direto com a manutenção, diferente dos equipamentos que vêm lá de fora e precisam de outro tipo de manutenção”, comenta Pedro Penaforte, engenheiro eletrônico do projeto.

O PROCESSO

A técnica de ablação por radiofrequência utiliza o calor emitido por agulhas para destruir tumores de forma pouco invasiva, danificando minimamente os tecidos saudáveis em sua volta. A queima na região cancerígena é aplicada com o eletrodo do aparelho. Sua frequência é de 500kHz, com potência de até 50W que, ao gerar calor, aplica uma frequência que agita as moléculas e destrói as células indicadas pelo aparelho.

O equipamento possui interface display touch screen, que facilita a programação do produto. Esse procedimento só é possível quando o tumor tem menos de cinco centímetros de diâmetro.

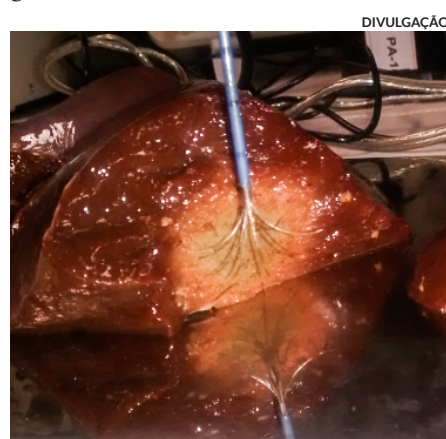
Testes *in vitro* e *in vivo* já foram realizados para verificar a eficácia do equipamento da UnB. No *in vitro*, um fígado bovino simula o procedimento de queimação na peça biológica. Já o



Nomeados Sofia (à esquerda) e Vera (à direita), os equipamentos funcionam em conjunto

in vivo foi realizado somente em porcos. Até o momento, o experimento foi feito apenas em fígados saudáveis, mas já indicam a precisão do aparelho em queimar apenas nos locais indicados.

O professor responsável pela comercialização do produto, Mário Rosa, explica que não faltaram recursos por parte do governo federal “O Ministério da Saúde investiu todo o valor solicitado”. A previsão para a disponibilidade no mercado é de aproximadamente 36 meses. “O procedimento de desenvolvimento científico é muito peculiar e muito cheio de detalhes. Você sabe como inicia e não sabe como termina.” Para que o equipamento chegue ao mercado, é necessário ainda au-



Aplicação em fígado bovino

torização pelas instâncias regimentais, como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Além disso, novos testes serão feitos para verificar se o aparelho é capaz de operar em conjunto com demais dispositivos eletrônicos hospitalares. “Ainda não existe uma dimensão orçamentária de custo para quando esse produto estiver disponível, mas é certo que o custo atual irá se reduzir de forma considerável”, explica o professor Mário Rosa.

TRATAMENTOS

De acordo com Eduardo Vissotto, médico oncologista do Hospital Santa Lúcia, a cirurgia continua sendo o tratamento mais eficaz para o câncer no fígado, pela possibilidade de retirar completamente o tumor. Há, ainda, casos em que o transplante hepático é indicado. Isso acontece, por exemplo, quando a cirrose é muito avançada. A ablação hepática é recomendada quando o câncer no fígado é considerado removível por cirurgia, mas o paciente não é elegível para isso nem para transplante. Além de servir para tumores com até cinco centímetros, a ablação pode ser feita quando há, no máximo, três lesões com menos de três centímetros. “Há ainda situações em que utilizamos a ablação hepática como pon-

te para o transplante, quando a fila é longa, justamente para o paciente não ficar sem tratamento enquanto aguarda o procedimento definitivo”, explica. Para Vissotto, o projeto da UnB é visto com bons olhos “Sempre são bem-vindos procedimentos oncológicos eficazes e mais acessíveis”, observa.

PREVENÇÃO

Outro projeto em andamento é o Vera, software de monitoramento remoto de equipamentos eletromédicos, baseado em um aplicativo web. Ele consiste em informar, por meios analógicos e digitais, a fiscalização de aparelhos biomédicos por meio de sensores como, por exemplo, o equipamento de ablação hepática por radiofrequência. O objetivo dessa assistência técnica é a possibilidade de diagnosticar problemas remotos nos dispositivos médicos.

O projeto Vera consegue se conectar a mais de um equipamento eletromédico e é capaz de centralizar e armazenar as informações recebidas dos equipamentos em um banco de dados. O aparelho também gera gráficos em tempo real e por histórico, além de notificar alertas às variações dos equipamentos. Dessa forma, ele reduz as chances de falhas técnicas, ajuda a economizar tempo e dinheiro, diagnosticando com antecedência possíveis problemas.

Os projetos Sofia e Vera trabalham em conjunto e surgiram a partir de uma demanda por novas tecnologias em saúde no Brasil. Ambos são financiados pelo Ministério da Saúde. Os produtos são pautados pelas políticas públicas do governo federal em desenvolvimento tecnológico nacional, e têm como destino final o SUS. “É muita responsabilidade, porque a gente está falando de dinheiro público, e o governo federal está confiando na Universidade para que ela consiga chegar a um resultado”, afirma Mário Rosa. “Quem faz o desenvolvimento tecnológico no Brasil é a universidade, não é a iniciativa privada.” ♦

UNIVERSIDADE

NADA NAS PISCINAS

Após reinauguração e apenas quatro meses de funcionamento, parque aquático do Centro Olímpico está fechado novamente



A reabertura das piscinas do CO depende agora da troca de três bombas e um filtro que fazem circular a água e a mantêm limpa

TERRA THAIS

Mais de 300 pessoas estão sendo prejudicadas com a interdição do Parque Aquático William Passos, da Faculdade de Educação Física da UnB, fechado desde meados de fevereiro. A situação prejudica alunos de graduação, crianças que treinam saltos ornamentais, participantes de um projeto para pessoas com necessidades especiais e o público externo que usa as piscinas.

O problema começou em 2007, quando a Vigilância Sanitária exigiu uma mudança na casa de máquinas. O espaço que armazenava o cloro em gás não tinha ventilação suficiente, o que poderia ocasionar uma explosão. Houve demora na solução, e surgiu uma infiltração nas paredes das piscinas, que tiveram que ser interditadas.

Foi feita uma grande reforma, que custou R\$ 938 mil e foi concluída em 2012. Mas só foi reaberto ao público acadêmico em março de 2014. Apenas alunos da escola de saltos ornamentais e disciplinas de graduação em Educação Física podiam usar o espaço. Em outubro de 2015, as piscinas foram reabertas para o público externo, mas fechadas novamente depois de quatro meses. O problema agora é com três bombas e um filtro que fazem a limpeza e circulação da água das piscinas.

O Grupo de Estudos de Natação Especial, que atende a cerca de 40 pessoas com necessidades especiais, está sem usar as piscinas. É o caso de uma criança autista de seis anos. O pai, Valentim Capuzzo, relata que a atividade na água faz muito bem ao filho, por ser uma criança que não tem medo de entrar em rio, mar e piscina. “É uma atividade gratuita e prazerosa que o ajuda a ficar mais centrado em outras atividades”, afirma.

Ele relata que conhece outras escolas de natação que mesmo sendo pagas não possuem condições de darem a atenção adequada e necessária a pessoas com necessidades especiais. “Sem a natação, este momento de felicidade e desenvolvimento é tirado. Algumas famílias só têm essa oportunidade para seus filhos.” Para Alexandre Rezende, responsável pelo projeto, os participantes têm melhorias de condições físicas e mentais. “Eles aprendem a vencer preconceitos, se sentem valorizados e capazes”, afirma.

SÓ NO GINÁSIO

A escolinha de saltos ornamentais, que desde 2014 atende a crianças de 7 a 13 anos no Centro Olímpico, também está sem treinos na piscina. Segundo o treinador Gabriel Serra, 70% dos trei-

nos normalmente são feitos dentro do ginásio, que possui camas elásticas e outros equipamentos que auxiliam nas técnicas na piscina, e os outros 30% são feitos na água. Ele afirma que a equipe não se prejudica tanto sem o funcionamento das piscinas, pois trabalha mais a parte técnica com as crianças.

A piscina era aberta ao público externo às terças, quartas e sextas, durante o horário do almoço. Gabriel Pereira, 23 anos, que a utilizava, conta que agora não tem mais opções e que aguarda a oportunidade para usá-la novamente.

Alunos de graduação em Educação Física têm apenas aulas teóricas, situação que prejudica o aprendizado prático. Neste primeiro semestre de 2016, estudantes de duas turmas da disciplina Metodologia da Natação e seis turmas de Prática Desportiva, todas do curso de Educação Física, estão sem poder nadar.

O Centro de Treinamento em Saltos Ornamentais do Centro Olímpico (CO), que tem o apoio do Ministério do Esporte, também serve como local de treino para a equipe brasileira de saltos ornamentais, que só não está parada porque possui o apoio do Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação (Defer) e do Colégio Presbiteriano Mackenzie, que têm piscinas.

Em janeiro e fevereiro, sete seleções internacionais vieram treinar para as olimpíadas na UnB.

SOLUÇÃO

Segundo o diretor do Centro Olímpico, Tiago Russomano, os equipamentos antigos já não têm reparo, e a solução é comprar novos equipamentos. “Já providenciamos a compra e estamos aguardando os processos legais da Universidade”, explica. “A ideia agora é renovar e modernizar a casa de máquinas.” Otimista, prevê que neste mês o problema será solucionado. Os novos equipamentos custarão cerca de R\$ 19 mil.

A manutenção diária das três piscinas é feita pela Faculdade de Educação Física. Para melhorar o funcionamento do Parque Aquático, Russomano afirma que a contratação de mais funcionários seria ideal. “A gente poderia ter o uso das piscinas até mesmo 24 horas por dia, porque o custo delas abertas ou fechadas é o mesmo. Mas precisamos de servidores, como salva-vidas, limpeza e mais recursos financeiros para manter a qualidade do serviço.” Atualmente só existe um salva-vidas, que é um funcionário público. O CO fez um pedido para a contratação e foi informado que isso só pode ser feito por terceirização. ♦



Mesmo sem as piscinas, treinador garante que a equipe de saltos ornamentais aproveita o momento para aperfeiçoar as técnicas físicas fora d'água

ESPORTE

MAIS QUE SENSUALIDADE

Profissionais se empenham em demonstrar que o pole dance é uma prática desportiva. No DF, ao menos 440 pessoas realizam a atividade

ISIS AISHA



Clara Fantine treina na academia Pole Dance Brasília

O Pole Dance conquistou cada vez mais espaço no Distrito Federal. De acordo com levantamento do jornal **Campus**, existem pelo menos 12 academias ou estúdios de dança distribuídos na capital que oferecem a modalidade. O crescimento começou no ano de 2010 com a abertura dos estúdios Divas Pole Dance, localizado na 309 Norte, e Pole Dance Brasília (PDB), na 716 Norte.

Engana-se quem pensa que o pole dance é apenas uma dança sensual que utiliza da barra em seus movimentos. Lilian Nakasato começou apenas com uma barra em casa e hoje é dona de estúdio que leva seu nome. Para a professora, o pole dance cresce de forma tão rápida porque hoje não é mais considerado exclusivamente como símbolo de sensualidade. A atividade pode trazer benefícios para as mulheres. “Percebo que a autoestima melhora muito. O pole dance fortalece os músculos, melhora a postura e o corpo vai ficando mais bonito.” Lilian afirma também que em três meses de prática as alunas já começam a reparar a diferença no corpo.

ACADEMIAS TRADICIONAIS

Com o crescimento em potencial da modalidade, academias tradicionais adotaram o esporte em sua grade de atividades. Em março de 2013 a academia Clubecoat passou a oferecer o curso, os coordenadores da empresa procuraram professoras especializadas e adaptaram uma das salas da academia para receber o Pole Dance Fitness e oferecer um serviço novo aos alunos.

A rotatividade é grande, porém existe um grupo fiel que sempre participa das atividades. Existem inclusive pessoas que se matriculam na academia motivadas pelo Pole Dance e fazem apenas esta atividade, de acordo com uma das professoras, Cintia Bizarria.

SOBRE O ESPORTE

O Pole Dance se afasta do lado sensual em seus primórdios. Tem origem em uma ginástica tradicional Indiana, uma variante da Yoga, o Mallakhamb. Utilizado em seu início para preparar lutadores, hoje é um esporte unicamente masculino praticado em barra de madeira, com ou sem cordas. Em

Brasília, o pole fitness é praticado majoritariamente por mulheres, porém homens também praticam a modalidade em algumas academias.

Alguns cursos oferecem o pole mais voltado para o sensual, como o caso da Usina, escola de circo e dança. Porém, as academias e estúdios que adotaram o exercício apostam no Pole Dance Fitness, modalidade que desenvolve movimentos acrobáticos, visando a superação pessoal e o desenvolvimento corporal.

Professora e sócia do estúdio Pole Dance Brasília, Gabriela Stella conta que a modalidade não tem predisposição. Ela já recebeu alunas de diversas idades, variando dos 13 aos 55 anos. Para Gabriela, muitas das mulheres que começam no Brasil estão na faixa etária dos 30 anos e, quando tem histórico com circo, ginástica ou dança, acabam se desenvolvendo mais rápido no esporte.

Clara Santinni, servidora pública de 44 anos, já sentiu diferença no primeiro mês de pole fitness, adquirindo em pouco tempo força e resistência. Antes de começar a modalidade, não sabia a diferença entre o pole fitness e o sensual, achava muito bonito porém não sabia onde fazer o esporte. Após pesquisas pela internet, descobriu algumas academias e começou a prática. Hoje, Clara entende melhor as diferenças das modalidades e se diz apaixonada pelas acrobacias.

“Quem procura o pole sensual e acaba entrando no pole fitness, ou se frustra, ou acaba se apaixonando pela modalidade”, é o que afirma uma das professoras da academia Clubecoat, Re-

nata Guedes. Para ela, o Pole Fitness é um esporte doído, porém, a evolução é rápida e visível, o que torna o esporte ainda mais apaixonante.

Para Júlia Macedo, o esporte não é uma substituição completa da academia como alguns dizem. “Você ganha uma força incrível sem ficar volumosa, além de flexibilidade e consciência corporal.” E atenta que as roupas curtas não são por acaso, são necessárias principalmente pelo contato da pele com a barra. Além do exercício físico, o esporte vira um vício, um hobby e uma paixão.

De acordo com o coordenador do Conselho Federal de Educação Física Walfrido Amaral, a instituição considera toda atividade física, incluindo o pole dance, desde que seja orientada por um profissional habilitado. Para conferir os profissionais registrados, basta acessar o site do conselho (www.confef.org.br). ♦

ACADEMIAS EM BRASÍLIA

ACADEMIA	INAUGURAÇÃO	LOCAL
Divas do Pole Dance	2010	309 Norte
Pole Dance Brasília	2010	716 Norte
Lilian Nakasato	2011	Novo Gama
Corpo Vertical	2012	413 Norte
Body Move	2013	210 Norte
Clubecoat	2013	Águas Claras
Instituto Anandah	2013	Águas Claras
Carol Cutrim	2014	Sudoeste
Elas	2014	Águas Claras
Usina	2014	Setor de Oficinas Norte
Academia FitOne	2016	Jardim Botânico
Vera Vipole	2016	Grande Colorado

CIDADANIA

RÚGBI EM SAMAMBAIA

Projeto social, em parceria com escolas públicas do DF, ajuda mais de 15 mil crianças por meio da modalidade



O treino do time Rugby Samambaia, atual campeão da Taça Cerrado, é aberto para a comunidade

JOANA DE ALBUQUERQUE E JOSÉ EDUARDO CRUZ

“Quando eu crescer, quero ser jogador de rúgbi. É meu esporte favorito.” O que pode parecer estranho para os brasileiros, hoje é o sonho de garotos e garotas da periferia de Brasília. Com apenas 10 anos, Arthur Ferreira, morador de Samambaia, é mais um aluno beneficiado pelos projetos sociais do Clube e Escola de Rugby Samambaia.

“Quem está aqui não quer sair, e quem fica sabendo quer vir pra cá”

Implementadas em parceria com colégios públicos da cidade, as aulas de rúgbi mudaram a rotina dos alunos da Escola Classe 501, onde Arthur estuda. “Nós fizemos uma bola e pintamos quadros”, recorda o garoto. “O rúgbi mudou minha vida. Eu fiquei mais atento às aulas, aprendi a trabalhar em grupo e a sempre contar com meu colega”, completa.

Fundado em 2014, o Clube desenvolve duas propostas. O Rugby Integral oferece aulas e funciona como ferramenta multidisciplinar, aliando a educação física a outras disciplinas. O projeto Melina, patrocinado pela marca de sucos homônima, promove cursos de arbitragem e capacita profissionais de educação física para lecionar o esporte.

Com três anos de parceria, a Escola Classe 121 de Samambaia foi uma das pioneiras a receber o projeto Melina. Para a diretora, Elaine Rodrigues, a atividade tornou-se um diferencial: “A gente alcançou o número máximo de alunos por turma, porque quem está aqui não quer sair, e quem fica sabendo quer vir pra cá”.

Em 2016, a instituição aproveita os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro para promover esportes não-convencionais além do rúgbi, como o badminton e o hóquei. O professor de Educação Física do colégio, Rogério Guerreiro, acredita que cada modalidade desenvolve o corpo de diferentes formas e

que a prática esportiva deve ser incentivada desde a infância: “Eu quero que o aluno amplie seu repertório motor. Nessa faixa etária, a coordenação motora influencia diretamente nos atos de desenhar e de se comportar”.

Por ser um exercício de contato, as aulas são adaptadas para o formato tag. Neste modelo, os jogadores usam fitas pelo corpo e, caso um adversário pegue a fita de quem está com a bola, este é obrigado a passá-la a um companheiro, evitando lesões.

A equipe também conta com um time de alto rendimento que disputou campeonatos em todo o Brasil. Recentemente, o time foi campeão do Circuito Cerrado de Sevens, modalidade com

sete jogadores, e competiu na seletiva para o Campeonato Brasileiro.

O presidente do Clube, Cauan Felipe, conta que até 2014 a maioria dos times de rúgbi do Distrito Federal eram do Plano Piloto, e que quase não havia conhecimento ou prática do esporte nas outras cidades. Daí, surgiu a iniciativa: “Queríamos montar uma equipe com um perfil diferente, voltada para trabalhos sociais nas áreas periféricas de Brasília”.

O Samambaia planeja dobrar o número de escolas públicas que participam dos projetos. Cauan pretende fechar parcerias com colégios particulares, oferecendo aulas em troca de bolsas de estudos para alunos carentes. Quanto à equipe de alto rendimento, as próximas disputas serão o Campeonato do Triângulo Mineiro, em Uberaba, e a Taça Cerrado, da qual o time é o atual campeão.

“A proposta é focar no que já temos, que são projetos de diretrizes bem definidas e que já possuem reconhecimento. Com isso, conseguiremos expandi-los e beneficiar cada vez mais a comunidade”, conta Cauan.

Para conhecer e treinar com a equipe de alto de rendimento, o interessado pode participar gratuitamente dos treinos. Eles acontecem às terças e quintas, às 20h, e aos sábados, às 15h, no clube SEST/SENAT, ao lado da estação FURNAS do metrô de Brasília ♦

JOANA DE ALBUQUERQUE



Arthur Ferreira sonha em ser jogador de rúgbi profissional

CULTURA

Página 12

ARTESANATO NO QUINTAL

VALQUÍRIA HOMERO

É uma casa muito engraçada, aquela na esquina da Rua Marechal Deodoro com a Rua 13 de maio. Ter teto, ela até que tem – mas está caindo aos pedaços. Quando inteiro, debaixo dele já viveu juiz, houve julgamento e se prendeu gente. Hoje, a condenada é ela. Interditada pela Defesa Civil em 17 de março do ano passado, a Casa do Artesão de Planaltina cumpre sua pena em regime fechado e na solitária, por tempo indeterminado. Uma senhora casa, mais na idade que no tamanho, construída em 1932. A então Casa de Câmara e Cadeia, edificação típica do Brasil Colônia, era símbolo do poder público. Mas veio o tempo, o uso original da Casa foi ficando para trás e o prédio, um tanto vazio. Até que em 1984 a estrutura foi revitalizada e rebatizada.

Agora Casa do Artesão e sem o segundo pavimento, ela passou a ser gerida pela Associação de Artesãos de Planaltina.

Três anos depois foram anexados galpões ao edifício, para melhor acomodar os vários profissionais que passavam mais tempo ali do que nas suas casas, produzindo, expondo e vendendo seus produtos. Os trabalhos eram, e continuam sendo, bem diversos: cerâmica, bordado, artesanato com madeira e matérias-primas tiradas do cerrado, entre outros. Fora as reuniões da Associação e eventos para comércio. Muito uso para pouca manutenção.

Foi inspecionando a situação dos galpões, em 2012, que a Defesa Civil percebeu que a Casa do Artesão estava cedendo sob o peso de tanta atividade. O telhado começou a abrir, fazendo com que telhas despencassem dos beirais e desenhando fendas profundas nas paredes. “Primeiro emitimos um alerta de risco moderado, que indicava a necessidade de uma intervenção. Mas aí ano passado chegou ao que chamamos de risco crítico, em que o imóvel não pode ser utilizado até que sejam feitas as mudanças necessárias”, explica o gerente de

Fiscalização e Vistorias da Defesa Civil do DF, Luiz Antonio Alves.

Os galpões também não estavam nas condições mais adequadas, mas o uso continuou sendo permitido desde que as instalações elétricas fossem consertadas. O que está sendo feito pelos próprios artesãos, com conclusão prevista para este mês. A Administração Regional de Planaltina alega falta de recursos para a reforma, ainda sem previsão. A verba seria obtida mais facilmente se o prédio fosse tombado isoladamente como patrimônio histórico, processo que já teve início.

Até que ele seja concluído, os artesãos se abrigam como podem nos galpões fracamente iluminados pela energia elétrica. Uma parte restrita deles, na verdade. Lira Gomes, sócia-fundadora e atual presidente da Associação de Artesãos de Planaltina, reconhece que o espaço é limitado e que deve comportar entre 60 e 70 pessoas, onde antes os 133 associados ativos conseguiam trabalhar. “Muita gente tem trabalhado em casa”, afirma. Outras, nem isso. Um grupo de bordadeiras, na ausência de alternativa melhor, se encontra semanalmente na rua, numa

esquina perto da igreja matriz. Ali na calçada elas bordam e ensinam o ofício a quem se interesse. Em nenhuma das 12 oficinas da Casa do Artesão elas encontram espaço – dividido por bem menos que o apontado por Lira, de acordo com elas.

O fato é que a perda de espaço para produção é apenas

um dos problemas. A maioria dos artesãos que permanecem na Casa expõe suas mercadorias na Torre de TV do Plano Piloto, aos finais de semana, onde a associação tem um ponto. Mas para aqueles que querem expor seu trabalho apenas em Planaltina, especialmente os que não estão nos galpões, não existe mais um lugar próprio para o artesanato, papel antes desempenhado pela Casa do Artesão.

“Antes vinha muita gente. Pessoal de escola, artesãos de outras partes... Vinha todo mundo e ficava por aqui conversando e trocando ideia”, lembra, saudoso, Valter Rodrigues, artesão desde os 16 anos. Hoje, com 55 e rugas descendo pelas bochechas de maneira similar às rachaduras que marcam as paredes da Casa, ele é um dos poucos que tem ali um ponto fixo, conquistado por uma vida inteira de trabalho.

Trabalho feito com materiais que ele mesmo colhe no cerrado e que vende nos galpões, para sustentar aproximadamente 15 pessoas. Embora passe em média mais de 12 horas por dia no lugar, tenha conhecido ali a sua esposa e criado sua família, o artesão não se sente mais em casa – justamente porque não pode receber visitas. A queda no movimento impacta nos negócios. “Antes eu tirava mais ou menos R\$ 2 mil por mês. Hoje eu nem sei te dizer, não tem nem base.”

Depois de ver os quatro filhos deixarem o artesanato por falta de incentivo, os olhos de Valter se entristecem vendo as janelas fechadas da Casa que chamava de sua. “Acho que não tem mais jeito.” Luiz Antônio, que declarou a Casa condenada, é mais otimista ao afirmar que a Casa pode ser recuperada. “Não existe um limite para a engenharia e arquitetura, existe custo e benefício”, explica. “Então, jeito tem.” ♦



A Casa do Artesão está afastada da área de Planaltina que é tombada como patrimônio histórico